

Brasília,
aos 33 anos,
ganha sua
Lei Orgânica



IMPRESSO

CONTRATO Nº 3956/ 91
ECT/ CÂMARA LEGISLATIVA DF
UP: AC/ CÂMARA LEGISLATIVA

L • E • T • U • R • A • S

ESPECIAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

ANO, I, nº 05 Brasília, 21 de abril de 1993

Epopéia de um ideal

O dr. Ernesto Silva, médico, administrador, planejador e sobretudo memória viva do pioneirismo com que surgiu Brasília, rememora neste artigo os propósitos e o clima do tempo em que se erigiu a cidade. Fala dos candangos, do povo, dos trabalhadores. E de sua preocupação com o futuro do DF.

Ernesto Silva

No dia 21 de abril, de 753 a. C., Rômulo fundava, no monte Palatino, uma cidade que seria o marco de uma nova era no Mundo Pagão — a Roma dos Césares — o berço da Civilização Cristã.

É a Providência Divina que, no mesmo dia, 27 séculos mais tarde, uma plêiade de homens destemidos desse Brasília ao Brasil, cumprindo os designios eternos manifestados na Visão Profética de Dom Bosco: "Quando escavarem as minas escondidas em meio a estas montanhas, surgirá neste sítio a Grande Civilização, a Terra Prometida, de uma riqueza inconcebível".

Se é certo que o legado da Carta Constitucional de 1891 determinando a interiorização da Capital do País, repetia-se através de nossas Constituições, não menos verdadeiro é que essa medida se impunha à nossa gente como uma necessidade inadiável, oriunda, quem sabe, da ambivalência com que nos habituáramos a viver: a sedução do Atlântico e o apelo do Sertão.

O grito de alarma de Euclides da Cunha em "Os Sertões", mostrando o contraste entre a civilização do litoral e o completo abandono do homem brasileiro além da faixa privilegiada, encontrou ressonância na alma nacional.

A transferência da sede do Governo para o Planalto Central seria o meio adequado e a providência ideal para estender o progresso a essas regiões do Brasil, no sentido de eliminar esse desnível entre a civilização do litoral e a do sertão, entre as condições de vida da orla marítima e as do interior.

Eis aí, sem dúvida, um relevante aspecto de ordem política, social e econômica ao qual não poderia ter sido indiferente a nossa geração. Tínhamos, no litoral, todos os problemas das nações superpovoadas, enquanto possuíamos 70% do nosso território quase abandonados.

Foram criadas, assim, duas fronteiras em nosso País: a fronteira política, fixada pelos limites com outras nações sul-americanas, e a fronteira econômica, correspondente ao espaço de terra que realmente ocupávamos, trabalhávamos e fazíamos produzir. Nos limites da fronteira econômica, a Nação, política e socialmente, estava organizada. Daí em diante, em direção ao Oeste, havia um outro Brasil, fértil, mas improdutivo; rico, mas miserável; à espera de que nos dispuséssemos a ocupá-lo efetivamente.

Esse o erro que Brasília pretendia

corrigir. Esse o sentido da obra monumental, o mérito dos pioneiros que, com coragem e fé no empreendimento que então se iniciava, passaram por locais inteiramente desertos, abriram picadas e tomaram posse da terra há tanto tempo desejada.

Nada obstante a má vontade, a descrença e a indiferença dos derrotistas, dos que são contra tudo e contra todos, dos pessimistas que não têm confiança no Brasil, dos que subestimam o interesse nacional ou o condicionam às próprias conveniências, a mudança da Capital estava de tal modo arraigada na opinião pública e tão bravamente defendida pelos milhões de brasileiros do interior, que Brasília tornou-se realidade.

Os homens que aceitaram a incumbência de dar corpo e forma à determinação contida em todas as Cartas Magnas inscritas na História do País desde 1891, não tinham tempo para o debate estéril e as polêmicas que os descrentes provocavam, visando anular, de início, o que se lhes afigurava um sonho impossível.

Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança de capital, mas o anúncio de uma reforma. Não se visava apenas a construção de uma cidade nem se batalhava unicamente pela emancipação de uma região. Os oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados da terra brasileira receberiam, por igual, os benefícios da interiorização da Capital. Este o **objetivo da luta**, subtendido no imperativo constitucional que determinava a mudança.

Espírito Candango

Tornou-se imperativo, portanto, que cada soldado dessa primeira linha de batalha se armasse de bravura absoluta, se revestisse de desam-

bição e se empolgasse do renovado espírito de pioneirismo que deu corpo e alma ao perfil lendário do Bandeirante. Qualidades positivas de operosidade e de renúncia, capacidade realizadora, ânsia de progresso, fé nos destinos do Brasil, se apresentariam libertas das antigas restrições, em toda a sua plenitude, na arrancada inicial. Era, sobretudo, necessário destruir, pelo exemplo e pela realização, o conformismo que acomodava a consciência nacional em morna sonolência. Por isso, ao lidador da primeira hora de Brasília não foram permitidos o ócio, a pausa, a vacilação. Daí a dureza das obrigações, quase desumanas, que todos sentiram, nos regimes de serviço e na exigência da rapidez e da perfeição da obra.

Durante mais de três longos anos, a preocupação dominante de todos, sem exceção, constituiu em dedicar um esforço sem limite, para entregar a cidade em condições de ser inaugurada a 21 de abril de 1960. Para atingir esse objetivo era imprescindível que trabalhássemos como se cada hora fosse a última hora concedida e a madrugada viesse iluminar o dia festivo da inauguração. Era necessário que abandonássemos os estilos normais de trabalho, para que as vigílias e as prorrogações de horários se tornassem o trivial do serviço. Era necessário que não fossem tomados em consideração o pó, a lama, o frio, a soalheira, as intempéries, a fadiga e o desconforto. Não bastava que cada um desempenhasse bem os seus encargos regulamentares. Era condição de vitória que todos multiplicassem o esforço, para saldar, no vencimento, o compromisso assumido com a Nação, levando, se preciso, seu entusiasmo pelo trabalho e sua identificação com a obra até o limite crucial do próprio sacrifício. Éramos verdadei-



ros escravos, mas escravos de um ideal.

Brasília era, antes de tudo, uma necessidade. Urgia construí-la no menor prazo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização se concentrou somente na orla marítima, deixando à própria sorte o resto de seu imenso território. Assim, a implantação da Capital no interior do País significou um decisivo impacto de progresso, detonador de novos empreendimentos, que surgirão constante e progressivamente, ao redor da cidade, como se formam, na superfície d'água, círculos concêntricos do ponto em que um corpo se choca com o líquido.

Deve-se inegavelmente, a construção de Brasília à coragem e à firme determinação do Presidente Juscelino Kubitschek.

A constituição da Novacap, empresa responsável pela construção da cidade, se deu a 24 de setembro de 1956 e a primeira Diretoria, composta de Israel Pinheiro da Silva, Bernardo Sayão Carvalho Araújo, Ernesto Silva e Iris Meinberg, iniciou seus trabalhos imediatamente.

Nada, absolutamente nada, havia neste erro, cujo silêncio era somente quebrantado pelo chalar das aves alegres, a elegância das siriemas e a correria desenfreada dos veadinhos galhados.

O concurso para a elaboração do Plano Piloto havia sido lançado por mim, na qualidade de presidente da Comissão de Mudança, da Construção e do Planejamento da Capital Federal, no dia 19 de setembro de 1956. O vencedor, professor Lucio Costa, concebeu um plano urbanístico excepcionalmente simples e digno, que a Novacap cumpriu rigorosamente, enquanto os pioneiros a dirigiram.

A refrega começara.

Durante três anos ininterruptos, sem descanso de uma só hora, operários, especialistas, técnicos e diretores da Novacap dedicaram todos os momentos de sua vida à concretização da obra monumental. E, durante esse curto lapso, ergueu-se a Capital do Brasil. Surgiram o sistema de abastecimento d'água, o serviço de esgotos, a rede de telefones urbanos e interurbanos, os palácios governamentais, os ministérios, os

bancos oficiais, dezenas de escolas e postos médicos, o Hospital de Base, serviços de eletricidade, intermináveis avenidas e vias de acesso asfaltadas, jardins públicos, hotéis, residências, granjas, cidades satélites...

Mas não ficou aí o esforço da Novacap e de seus diretores. Brasília não poderia ser, como afirmou Lucio Costa, uma cidade qualquer, uma cidade provinciana, mesmo porque já nascera "com pedigree".

A Cidade do Futuro

A cidade teria de se apresentar revolucionária não só sob o ponto de vista urbanístico e arquitetônico, mas também em todos os seus sistemas: agrícola, educacional, sanitário, administrativo e social.

O Plano Administrativo, elaborado por João Carlos Vital, revolucionaria os métodos antiquados então em vigor em nosso País.

O Plano de Abastecimento, sustentado pelas unidades sócio-econômicas rurais, previa um anel de chácaras em torno dessas Unidades, que funcionariam como verdadeiras Cooperativas. Haveria um Centro de Abastecimento. E supermercados distribuídos ordenadamente no setor residencial.

O Plano Educacional, ao lado de uma nova filosofia de ensino a ser implantada, com a permanência de todas as crianças em regime de tempo integral na escola, parte do tempo em atividades curriculares e parte em atividades recreativas, socializantes e pré-vocacionais, com três refeições diárias na escola, se comporia de Jardins da Infância, Escolas-Classes, Escolas-Parque e Centros de Educação Média, distribuídas harmonicamente, levando-se em conta a comodidade da população e a densidade populacional. Além disso, já em 1957, a Novacap inaugurava o primeiro CIAC (ou Ciep, ou Caic ou outro nome que se queira dar) do Brasil, com frequência de alunos em tempo integral e três refeições diárias. Éramos os sonhadores que enxergávamos a aurora antes dos outros, como diria Oscar Wilde.

E o Plano de Saúde?

Fomos os precursores do Sistema Único de Saúde no Brasil, que implantamos em Brasília em 1960.

O Plano de Saúde objetivava dignificar a profissão médica, impedir a humilhação dos usuários em filas intermináveis.

□ Ernesto Silva é médico militar e planejador da área de saúde, um dos fundadores da NOVACAP e presidente da Comissão de Mudança que lançou o concurso do Plano Piloto em 1956. Autor de "História de Brasília". Endereço para correspondência: SHIS QL 6, conj 11, casa 2 71620-1115 Brasília-DF